

FOLHA METALÚRGICA



www.stimepa.org.br
facebook.com/stimepars
twitter.com/stimepa

Maio/2013 - Nº 282

Sindicato Solidário

Fortes mobilizações esquentam campanha salarial

O clima está esfriando e a campanha salarial, esquentando! Nos últimos dias, mobilizações em várias fábricas da categoria foram realizadas, todas elas com extraordinária participação dos trabalhadores e trabalhadoras (veja mais informações no "Giro das Fábricas", página 3). O objetivo principal é conquistar um reajuste salarial de 10% e avanços nas cláusulas sociais da Convenção Coletiva de Trabalho.



INPC: Perdas salariais do ano ficam em 7,16%

O IBGE divulgou o INPC de abril/2013: 0,59%. Com esta divulgação, as categorias que têm data-base em maio como a nossa passaram a conhecer as perdas salariais do ano, pois os índices acumulados dos últimos 12 meses totalizaram 7,16% (veja quadro demonstrativo ao lado).

Como a assembleia geral da categoria definiu reivindicar 10% de reajuste salarial, a nossa luta agora é para recuperar estes 7,16% e conquistar um aumento real de 2,65%. O objetivo é compensar o achatamento da média salarial da categoria, causado pela constante rotatividade de pessoal adotada pelas empresas (patrões demitem e contratam outro empregado no lugar, pagando menos).

MÊS ANO	INPC MÊS	PERDAS ACUMULADAS
Mai/2012	0,55%	0,55%
Jun/2012	0,26%	0,81%
Jul/2012	0,43%	1,24%
Ago/2012	0,45%	1,70%
Set/2012	0,63%	2,34%
Out/2012	0,71%	3,07%
Nov/2012	0,54%	3,62%
Dez/2012	0,74%	4,39%
Jan/2013	0,92%	5,35%
Fev/2013	0,52%	5,90%
Mar/2013	0,60%	6,53%
Abr/2013	0,59%	7,16%

VEJA NA PÁGINA 2

DIGA NÃO À TERCEIRIZAÇÃO SEM LIMITE!

Fantasma da Emenda 3 volta a atormentar classe trabalhadora brasileira



Terceirização só é boa para o patrão

Projeto atende apenas os interesses dos empresários, pois modifica o direito trabalhista e precariza ainda mais as relações de trabalho no país

Tramita no Congresso Nacional o Projeto de Lei 4330/2004 que, entre outras desastrosas consequências, pode liberar a terceirização inclusive para as atividades-fim nas empresas.

Criada com a função de dar maior agilidade produtiva e competitividade às empresas, a terceirização na prática tem servido para reduzir os custos e aumentar os lucros das empresas, à custa de redução salarial e desobrigação quanto a direitos trabalhistas. Há uma relação direta entre terceirização e precarização nas relações de trabalho. O trabalhador terceirizado ganha até 50% menos que um empregado efetivo, enfrenta jornadas mais longas e em condições piores, está mais sujeito a acidentes e doenças de trabalho e não tem assegurados muitos dos direitos trabalhistas previstos na legislação brasileira.



Direitos trabalhistas estão ameaçados

Mal a classe trabalhadora havia comemorado a segunda abolição da escravatura – a aprovação da PEC das Domésticas – ressurgiu agora o fantasma da Emenda 3 para assombrar os trabalhadores e trabalhadoras brasileiras. Os representantes patronais deram o troco e, no já nocivo projeto que pretende “regulamentar” a terceirização no Brasil, incluíram na calada da noite um item que, caso aprovado, possibilita a “pejotização” (relativo a PJ - pessoa jurídica) nas relações de trabalho, uma tentativa de tirar das cinzas a perversa Emenda 3.

Para quem não lembra, a Emenda 3 foi a segunda tentativa dos parlamentares que têm o rabo preso com os patrões (afinal, suas campanhas eleitorais foram financiadas por eles) de flexibilizar ou acabar com direitos consagrados. A primeira tentativa foi em 2001, quando o governo FHC queria flexibilizar o Artigo 618 da CLT com a intenção de atacar o poder de negociação dos sindicatos e acabar com as férias, o décimo terceiro, a licença maternidade, entre outros direitos. Não conseguiram graças a mobilização da militância cutista que saiu às ruas para defender os direitos da classe trabalhadora brasileira. Em abril de 2003, o presidente Lula mandou retirar o projeto do Congresso.

Agora, o deputado Arthur Maia (PMDB-BA), relator na Comissão de Constituição e Justiça

da Câmara do projeto que visa regulamentar a terceirização, retoma a ideia da Emenda 3 ao permitir que o trabalhador constitua empresa de prestação de serviço sem exigência de capital. O modelo proposto é o mesmo tentado na época da Super Receita, ou seja, o trabalhador será transformado em um prestador de serviço. Em vez de ter carteira de trabalho assinada e receber seu salário mediante contracheque, ele emite uma nota fiscal.

Será a empresa de um homem só, um inegável retrocesso nas relações de trabalho. Equivale a substituir a contratação de uma pessoa, com direitos trabalhistas e previdenciários, pela contratação de um serviço, sem qualquer compromisso de ordem social. É a absoluta precarização das condições de trabalho, como desejam os patrões. Eles não querem assinar a CTPS de seus funcionários e querem obrigar o trabalhador a abrir uma firma e emitir nota fiscal de prestação de serviços. O trabalhador deixaria de receber 13º, férias remuneradas, FGTS, horas extras, vale-transporte, vale refeição, assistência médica e aposentadoria, entre outros direitos que foram conquistados pelos trabalhadores lentamente desde a revolução industrial do Brasil. Com um pequeno artigo inserido num projeto de lei, seria feita a mais devastadora reforma trabalhista para o país.

Pressão da CUT paralisa projeto

A CUT pressionou e o governo decidiu paralisar a tramitação do projeto que regulamenta a terceirização e discutir com o movimento sindical propostas alternativas que garantam os direitos dos trabalhadores. A promessa foi feita no dia 14 de maio, pelo ministro Gilberto Carvalho, durante reunião da Mesa Permanente de Negociação que discute a pauta dos trabalhadores entregue no dia 6 de março à presidenta Dilma Rousseff, após a Marcha da Classe Trabalhadora, que reuniu mais de 50 mil pessoas em Brasília.

A primeira reunião entre representantes das centrais sindicais e do governo, que deve iniciar a elaboração de propostas de regulamentação da terceirização, será realizada no dia 11 de junho, na sede do Ministério do Trabalho e Emprego, em Brasília. Nesta reunião, tanto

o governo quanto o movimento sindical deverão apresentar propostas alternativas ao PL 4330 e vão definir as datas para negociação dos outros itens da pauta que o governo aceitou negociar, entre os quais o combate a alta rotatividade que precariza o trabalho e reduz salários, o combate à informalidade, o fortalecimento do Sistema Nacional de Intermediação de Mão de Obra (SINE), adotar uma política de apoio aos aposentados e a regulamentação do trabalho doméstico. A CUT pretende excluir do projeto da terceirização o item que pode ressuscitar a Emenda 3 (veja texto no quadro ao lado).

O governo não quer debater na Mesa Permanente de Negociação a redução de jornada para 40 horas e o fim do Fator Previdenciário, mas a CUT vai pressionar para que esses itens sejam discutidos e aprovados.



À luta, companheiros(as)!

Embora o governo tenha concordado em paralisar a tramitação do projeto da terceirização no Congresso Nacional para negociar mudanças com as centrais sindicais, o projeto da terceirização e seu substitutivo como um todo, in-

cluindo a hipótese da pejotização (PJ - trabalhador pessoa jurídica), está muito vivo, pois já tramitava em caráter conclusivo na Câmara dos Deputados.

Por isso, precisa receber atenção especial por parte do mo-

vimento sindical combativo. “Precisamos evitar o retrocesso, impedir que este projeto seja aprovado. Se for necessário, vamos parar o Brasil para sermos ouvidos e considerados”, disse o presidente do Stimepa, Lirio Segalla. Para ele, antes

de fazer uma reforma trabalhista, é necessário fazer uma reforma política no nosso país, garantindo, por exemplo, o financiamento público das campanhas eleitorais para acabar ou diminuir o conluio entre parlamentares e empresários.

SULINA / INBRACELL

Trabalhadores da Sumesa firmes na Campanha Salarial

A direção do Sindicato dos Metalúrgicos promoveu na manhã da segunda-feira, 13 de maio, uma assembleia em frente ao portão principal da Sulina e Inbracell para tratar da campanha salarial da categoria e sobre assuntos específicos destas duas empresas do Grupo Sumesa. Apesar de ter gerado um atraso na pegada de aproximadamente uma hora, os trabalhadores e trabalhadoras demonstraram estar firmes na campanha salarial deste ano, dispostos a ajudar o sindicato

na luta pelo reajuste de 10% e por outros avanços na Convenção Coletiva de Trabalho.

O presidente do sindicato, Lirio Segalla, fez um relato das negociações e falou da importância de a categoria estar unida e organizada na campanha salarial. Em seguida, diretor de Saúde do sindicato, Marcelo Jurandir, falou que a entidade está atenta às condições de trabalho das duas empresas, principalmente por que elas tiveram muitos casos de intoxicação por chumbo, e disse

que os trabalhadores têm de fazer a sua parte denunciando.

Por fim, o dirigente sindical Gil Francisco Costa revelou que, depois de muitos anos de luta, as empresas finalmente abriram um canal de diálogo e negociação visando um acordo de participação nos lucros/resultados (PLR), se ade-



Empresa vai negociar PLR em breve.

quando à Lei 10.101. Em breve, vai permitir que uma comissão formada por representantes dos trabalhadores negocie o benefício para todos.

GKN

Trabalhadores promovem assembleias da Campanha Salarial



Assembleia na GKN abriu semana de mobilizações

Na noite de domingo, 12 de maio, e na tarde do dia seguinte, os dirigentes do Sindicato dos Metalúrgicos fizeram assembleias com os trabalhadores da GKN em frente ao portão principal da empresa para tratar do andamento da campanha salarial e outros temas relevantes para a categoria.

Na ocasião os diretores debateram com os funcionários da GKN questões de saúde, condições de trabalho, luta das mulheres por igualdade e reforçaram as bandeiras de luta dos trabalhadores para 2013: a redução da jornada para 40

horas semanais, o fim do fator previdenciário e aumento salarial.

O Presidente do Sindicato, Lirio Segalla, explicou aos trabalhadores a importância da união de todas as categorias para barrar o projeto de lei do deputado Sandro Mabel (PMDB-GO), que prevê a terceirização de todo o trabalho dentro das empresas, prejudicando os direitos de todos os trabalhadores do Brasil. Também convocou os companheiros para uma grande mobilização, caso este projeto abusivo venha a avançar novamente.

HIDROJET

Trabalhadores querem melhores condições de trabalho e o fim do assédio moral na fábrica



Trabalhadores querem dignidade no trabalho

Na manhã da terça-feira, 14 de maio, o sindicato realizou uma assembleia com os trabalhadores em frente ao portão principal da Hidrojet, em Porto Alegre.

Insatisfeitos com as más condições no ambiente de trabalho e com o frequente abuso moral cometido por alguns chefes, eles deixaram claro que se medidas urgentes não forem tomadas por parte da empresa para sanar os problemas a mobilização será ainda maior.

A assembleia acabou gerando um atraso na pegada, paralisando a empresa em cerca de meia hora.

Os dirigentes aproveitaram para ressaltar detalhes sobre a campanha salarial e reforçaram a importância da mobilização completa dos trabalhadores para uma possível marcha, caso o desastroso projeto de lei da terceirização venha a avançar no Congresso Nacional.

JURÍDICO INFORMA

Metalúrgicos de Cachoeirinha conquistam direito a indenização por horas extras suprimidas em 2005

Trabalhadores de uma metalúrgica de Cachoeirinha conquistaram na Justiça o direito a pagamento de indenização por horas extras que haviam sido suprimidas pela empresa. A ação coletiva foi ajuizada por meio da assessoria jurídica do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico Eletrônico da Grande Porto Alegre (Stimepa), feita pelo escritório Woida, Magnago, Skrebsky, Colla & Advogados Associados, em maio de 2008.

Os metalúrgicos sofreram consideráveis prejuízos financeiros, uma vez que o início da su-

pressão das horas extras havia ocorrido em outubro de 2005 para o setor de chumbo e, em outubro de 2006, para o setor de alumínio.

A sentença da 1ª Vara do Trabalho de Cachoeirinha determinou o pagamento da indenização prevista na Súmula 291 do TST, ou seja, o valor de um mês das horas suprimidas, total ou parcialmente, para cada ano ou fração igual ou superior a seis meses de prestação de serviço acima da jornada normal.

WOIDA, MAGNAGO, SKREBSKY, COLLA
& ADVOGADOS ASSOCIADOS
DESDE 1976 OAB/RS 815

GUAIBACAR

Acordo põe fim ao banco de horas e acerta pagamento de horas extras acumuladas

A Guaibacar adotou um banco de horas que não funcionava. Os funcionários trabalhavam horas a mais, mas a empresa não vinha nem compensando essas horas com folgas, nem pagando como horas-extras. A situação chegou ao ponto de ter trabalhador com até 800 horas acumuladas em haver.

Diante do problema, o sindicato, por meio da dirigente sindical Lenira Campos da Silva, negociou com a empresa um acordo para dar um fim a este falso banco de horas e acertar o pagamento das horas extras acumuladas há muito tempo. A empresa se comprometeu de pagá-las como extras e em até três parcelas. Também disse que a par-

tir de agora não vai permitir o acúmulo de horas-extras e que fará um controle mais rigoroso do número de horas extras feitas pelos funcionários, pagando-as mensalmente como manda a lei e a Convenção Coletiva de trabalho.

A dirigente Lenira também cobrou da empresa a adoção da participação nos lucros/resultados (PLR). A direção da Guaibacar mostrou-se disposta a pagar uma bonificação como PLR, sem estabelecer critérios e datas. "Esperamos que a empresa inclua uma representação do sindicato, como manda a lei, e não imponha metas impossíveis de serem alcançadas, como atualmente ocorre em muitas empresas", alertou a companheira.

INFORMES

Governo quer médicos estrangeiros para suprir demanda

No início do mês, o governo federal anunciou um acordo de cooperação que prevê a vinda de seis mil médicos cubanos para suprir a carência de profissionais em áreas isoladas e nas periferias das grandes cidades, locais onde médicos brasileiros não querem atuar, mesmo diante de boa remuneração.

Também pretende firmar parcerias de intercâmbio com Portugal e Espanha para que os médicos desempregados daqueles países em crise possam atuar aqui no Brasil. De acordo com o ministro da Saúde Alexandre

Padilha, os médicos estrangeiros não poderão apenas prestar uma prova de qualificação e concorrer no mercado com os brasileiros. "Estamos estudando o que os outros países fazem e já descartamos algumas opções, como a validação automática do diploma e uma política para atrair profissionais de países que têm menos médicos por mil habitantes que nós", disse. As entidades médicas são contrárias, mas a população brasileira – principalmente de regiões desassistidas – apoia a iniciativa do governo.

Aposentadoria de pessoas com deficiência

A presidenta Dilma Rousseff sancionou no dia 9 de maio a Lei Complementar nº 142, que reduz a idade e o tempo de contribuição à Previdência Social para a aposentadoria de pessoa com deficiência.

As novas regras entrarão em vigor daqui a seis meses, de acordo

com o Diário Oficial da União.

O Poder Executivo definirá as deficiências grave, moderada e leve. Caberá aos peritos do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) atestar o grau de deficiência do segurado, se filiado ou com filiação futura ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS).

Tribunal de Justiça decide a favor da desaposentadoria

Enquanto o Senado segura a votação do projeto que permite a aposentados que continuam no mercado de trabalho pedir a revisão da aposentadoria, com um possível aumento no benefício, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) aprovou a chamada desaposentadoria.

E mais: o segurado não vai precisar devolver o dinheiro que recebeu da Previdência ao pedir o recálculo. A decisão terá de ser seguida pelos Tribunais Regionais Federais (TRF), segun-

do o STJ, até que o Supremo Tribunal Federal (STF) julgue definitivamente a questão. O governo é contrário à desaposentadoria, alegando que ela acarretará R\$ 70 bilhões de prejuízos aos cofres públicos em 20 anos.

Hoje, correm na Justiça mais de 24 mil processos do INSS contra segurados que requereram o direito a revisão do benefício, segundo a Advocacia-Geral da União (AGU), que defende o Executivo.

Igualdade profissional entre homens e mulheres

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) da Câmara Federal aprovou no dia 15 de maio um substitutivo ao projeto de lei do senador Inácio Arruda (PCdoB-CE), com objetivo de promover igualdade de gênero no âmbito profissional. A proposta prevê medidas que asseguram à mulher iguais condições de acesso, permanência e

remuneração nas relações de trabalho, tanto no meio urbano como no rural.

Pelo texto aprovado, as diferenças e especificidades inerentes à condição feminina não justificarão tratamento diferente no trabalho. Práticas discriminatórias contra a mulher, segundo a proposta, darão direito à indenização em favor da vítima.

Estas e outras informações importantes estão publicadas de forma mais detalhada no site do sindicato. Basta acessar www.stimepa.org.br e clicar na matéria desejada.

Errata: Na edição anterior do jornal Folha Metalúrgica, página 2, na Tabela 2, referente à reivindicação relativa às horas-extras, no quadro "Como é hoje", publicamos uma informação incompleta sobre a forma como hoje são pagas as horas-extras feitas aos sábados, dando a entender que elas são remuneradas como as demais realizadas nos dias úteis da semana (segunda a sexta-feira), ou seja, com adicional de 50% para as DUAS primeiras e 100% para as demais. Na verdade, segundo a Convenção Coletiva ainda em vigor, Cláusula 11ª, "as horas-extras trabalhadas aos sábados serão pagas com adicional de 50% para as QUATRO primeiras e com adicional de 100% para as demais".

INFORME ECONÔMICO

TRABALHADOR ASSALARIADO / INSS

Contribuição (R\$)	Alíquota
- Até R\$ 1.247,70	8%
- De R\$ 1.247,71 até R\$ 2.079,50	9%
- De R\$ 2.079,51 até R\$ 4.159,00	11%

PISO METALÚRGICO - FEVEREIRO/2013

- Piso:	R\$ 3,81 por hora
- Aprendiz Cotista do Senai:	R\$ 3,08 por hora

PISO REPARAÇÃO DE VEÍCULOS - FEV/2013

- Piso:	R\$ 837,40 p/m ou R\$ 3,81 p/h
- Aprendiz e borracheiro:	R\$ 748,73 p/m ou R\$ 3,40 p/h

PISO MÁQUINAS AGRÍCOLAS - FEV/2013

- Piso:	R\$ 3,89 por hora
- Aprendiz do Senai:	R\$ 3,12 por hora

SALÁRIO MÍNIMO NACIONAL

- R\$ 678,00 por mês

PISO REGIONAL - RS

- De R\$ 770,00 a R\$ 837,40 por mês

SALÁRIO FAMÍLIA

- Até R\$ 646,55:	R\$ 33,16 por filho
- De R\$ 646,55 a R\$ 971,78:	R\$ 23,36 por filho
- Acima de R\$ 971,78:	Não tem direito

IMPOSTO DE RENDA - Tabela para 2013

Base de Cálculo	Alíquota	Parcela a deduzir:
Até R\$ 1.710,78	-	Isento
R\$ 1.710,79 até R\$ 2.563,91	7,5%	R\$ 128,31
R\$ 2.563,92 até R\$ 3.418,59	15%	R\$ 320,60
R\$ 3.418,60 até R\$ 4.271,59	22,5%	R\$ 577,00
Acima de R\$ 4.271,59	27,5%	R\$ 790,58

Deduções: R\$ 171,97 por dependente.

AUXÍLIO-CRÉCHE

Reembolso de R\$ 174,97 por filho, por um período de 18 meses, a contar do retorno do auxílio-maternidade. O benefício é válido apenas nas empresas com, no mínimo, 15 empregadas, desde que estas empresas não possuam creche própria ou convênio com creches particulares, em condições mais favoráveis.

FUTEBOL SETE

Torneio terá 22 equipes divididas em seis chaves

O torneio de Futebol Sete do sindicato teve a inscrição de 22 equipes formadas em empresas metalúrgicas da base que, divididas em seis chaves, disputam para chegar a grande final.

Segundo o diretor de Cultura e Lazer, Rogério Cidade, a segunda fase e a fase final serão disputadas no critério conhecido por "mata-mata" e realizadas no domingo, dia 26 de maio, nas quadras de grama sintética do Centro Esportivo MCM, Bairro Sarandi, em Porto Alegre. Também serão disputados jogos entre equipes veteranas e femininas. O sorteio, a definição das regras e outras questões referentes ao torneio foram definidas na noite da quarta-feira, 15 de maio, quando foi realizada uma reunião com os responsáveis de cada equipe.

Estas e outras informações como as chaves, o regulamento do torneio e os resultados dos jogos, podem ser acompanhados no site ou facebook do sindicato.



Troféus e medalhas a espera dos vencedores



Reunião definiu chaves e regulamento do torneio

CURSOS TÉCNICOS PARA 2013:

AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL - MECÂNICA - ELETRÔNICA - INFORMÁTICA
CURSO DE QUALIFICAÇÃO DE SOLDADORES: MIG / MAG - TIG



Escola Técnica MESQUITA

As matrículas podem ser feitas na Secretaria da Escola Técnica Mesquita:
Avenida do Forte, nº 77 - Bairro Cristo Redentor - Fones 3022.3383 - 3022.7779.

Consulte outros cursos no site www.mesquita.com.br - Descontos especiais para associados do Sindicato dos Metalúrgicos

Folha Metalúrgica

Jornal do Sindicato
dos Metalúrgicos
de Porto Alegre



Sede: Rua Francisco Trein, nº 116 - Bairro Cristo Redentor
Fones: 3341.1900 e 3371.9000 - Fax: 3362.3735
Subsede Guaíba: Rua 20 de Setembro, nº 623 - Fone: 3480.1676
Subsede Cachoeirinha: Rua Fernando Ferrari, nº 136 - Fone: 3041.1303
Site: www.stimepa.org.br / E-mail: imprensa@stimepa.org.br

Presidente: Lírio Segalla Martins Rosa
Diretor responsável: Antônio Carlos Medeiros
Jornalista: Geraldo Muzykant (Reg. Prof. nº 8658)
Edição Gráfica e Diagramação: Jean Lazarotto Santos
Impressão: Editora VT Propaganda (51) 3232.9739